

FACULDADE DE DIREITO

“Somos bastante penalizado na receita que auferimos”

Redução do orçamento da UC, para 2012, representa mais do que custa a Faculdade de Direito, num ano, salienta Anabela Rodrigues, preocupada com uma estratégia de auto-financiamento da Universidade que pode passar por retirar às faculdades boa parte da percentagem das propinas de mestrado e doutoramento. Actualmente, do valor auferido com o 1.º ciclo – mais de um milhão – a FDUC fica com pouco mais de 250 mil euros

Patrícia Isabel Silva

Diário de Coimbra (DC) Na tomada de posse como directora da Faculdade de Direito, referiu que a instituição «raia perigosamente a sobrevivência». Nestes tempos de contenção e de cortes, como se podem contornar as dificuldades para que a faculdade continue a ser de referência?

Anabela Rodrigues (AR) É um facto incontestável, hoje em dia, todas as instituições atravessam dificuldades financeiras. A Faculdade de Direito não é excepção. A Universidade de Coimbra tinha uma transferência de 80/82 milhões de euros do Orçamento de Estado e vai haver uma diminuição substancial. O real impacto desta redução ronda os 8/10 milhões, mas o que é importante é dizer que o que se corta à Universidade de Coimbra é mais do que custa a Faculdade de Direito, cerca de seis milhões ao ano. Realmente, temos aqui uma situação que é preciso enfrentar com grande dinamismo e grande vontade de, não só manter as portas abertas, como, no que diz respeito à Faculdade de Direito, manter a qualidade do ensino e da investigação. Isso é um valor intocável. É isso que nos tem dado, ao longo dos séculos, a importância a nível nacional e a projecção a nível internacional. É a qualidade que favorece a captação dos bons alunos e nós podemos comprovar que isso continua a ser uma realidade. Também não tenhamos dúvidas que hoje é uma enorme preocupação o acesso ao emprego. Ora, os alunos sabem hoje, mais do que nunca, que se tiverem uma formação sólida, reconhecida pela sua excelência, é uma porta aberta para o mercado de emprego.

DC Mas, os constrangimentos não colocam em perigo essa



ANABELA RODRIGUES é a primeira directora da Faculdade de Direito

qualidade, que não se pode perder?

AR Há um património humano com que a Faculdade de Direito conta sempre, que são os seus professores. É um corpo docente com características muito especiais de unidade, de força de vontade e que diz sempre presente nos

momentos mais difíceis. Portanto, isso é uma garantia para nós. Claro que isso não quer dizer que a directora cruze os braços e não tente melhorias e novas formas para captar financiamento e preservar as formas de financiamento que temos, porque, como é sabido, nós Faculdade de Direito – por for-

ça de uma metodologia de distribuição interna das propinas no 1.º ciclo –, somos bastante penalizados na receita que auferimos. Temos uma receita de 1.184.832 euros e só ficamos com 259 mil euros. Somos aqui, realmente, muito penalizados, por uma metodologia que não resulta da lei, que

é uma opção da Universidade de Coimbra e que é, para nós, uma enorme preocupação. O que nós não desistimos de fazer é aumentar a competitividade, aproximando-nos de um modelo de distribuição vigente nas outras universidades para as faculdades de Direito, porque isto diminui a nossa competitividade, a nível nacional. Este é um aspecto que já vem de longe. Julgo que, agora, é o momento adequado de voltar a este assunto, porque vejo com muita preocupação uma declaração que foi adoptada no último Conselho Geral da Universidade que, eventualmente, conduzirá a uma maior penalização da Faculdade de Direito, em termos de propinas, agora do 2.º e 3.º ciclos. Nós recebíamos quase integralmente e arriscamo-nos, daqui a pouco tempo, a perder uma percentagem substancial dessa percentagem que auferíamos.

DC Já há alguma decisão do Conselho Geral nesse sentido?

AR É um assunto que tem sido discutido no Senado, com os directores das diversas faculdades, mas, realmente, foi-me dado conhecimento de uma declaração do Conselho Geral, que abre a porta a novas formas de financiamento da Universidade, através de receitas das faculdades. Compreendo, perfeitamente, que deva valer um princípio de solidariedade das faculdades, porque, no fundo, a Universidade são as faculdades. Agora, a minha preocupação vai no sentido de que seja encontrado um equilíbrio entre esta ideia de solidariedade e a ideia de que estas medidas não acabem por constituir um desincentivo aos esforços que a faculdade tem feito, nestes últimos anos, para captar, por exemplo, alunos de mestrado e doutoramento. E não só alunos nacionais, como estrangei-

ros e, designadamente, alunos brasileiros, de Angola e Moçambique e de outros países. Posso dizer que mais de metade dos alunos de mestrado são brasileiros. Esta procura corresponde não só ao prestígio que o curso de Direito goza no Brasil, mas corresponde também ao esforço que a Faculdade de Direito tem feito no sentido de os captar. O que eu quero dizer é que vejo com alguma preocupação que esta fonte de receita, que são as propinas de mestrado e doutoramento, possa contribuir para esse bolo comum numa percentagem demasiado grande e que nos faça ficar, realmente, nessa situação de raia a sobrevivência. E há outra coisa: a Faculdade de Direito pauta-se por um ensino de qualidade, mas ligada ao ensino está a investigação. Nós necessitamos de ter possibilidades de continuar a fazer investigação de qualidade, porque nós ensinamos o que investigamos e também porque investigação é um factor importantíssimo de ligação à sociedade. O prestígio da Ciência do Direito que aqui se cultiva é que faz da Faculdade de Direito uma faculdade de projecção nacional e internacional. Para isso, precisamos de fontes de financiamento que possamos administrar. Subscrovo inteiramente o discurso do senhor reitor quando diz que as universidades são parte da solução e não parte do problema. Mas, subscrovo isso inteiramente também internamente. Ou seja, as faculdades são partes da solução e não são parte do problema. Nós precisamos prever que receitas vamos ter, que fundos vamos ter para poder administrar e abrir novos cursos de doutoramento e, inclusivamente, avançar ainda que, a pequenos passos, com mestrado pós-laboral. Ora, tudo isto necessita de ser previsto e precisamos de saber com o que podemos contar.

dos

Atentos à execução do QREN

DC Pelo que sabe, é uma questão que se coloca apenas ao nível da Faculdade de Direito ou vai abranger todas as outras?

AR Todas as faculdades, umas mais, outras menos. Com base numa fórmula adoptada, ao nível do 1.º ciclo, a Faculdade de Direito é muito afectada nas receitas. O problema é que agora, como estamos numa época de crise, a Universidade precisa de reagir a estas dificuldades e, portanto, uma das formas que está em cima da mesa para que a Univer-

sidade, no seu todo, possa auferir mais receitas é ir buscar propinas do mestrado e do doutoramento. É evidente que esse é o caminho que, dadas estas circunstâncias excepcionais, tem de ser feito, mas por forma a não estrangular a capacidade de iniciativa das faculdades. É com isso que eu estou preocupada e, penso eu, que os meus colegas das outras faculdades também. Posso dizer-lhe que tem sido uma discussão positiva, no sentido de não se ir buscar 100% das propinas de doutoramento, por exemplo. É preciso deixar às faculdades alguma autonomia financeira, por forma a que elas possam gerir os seus recursos e não ver cerceada toda a sua capacidade de iniciativa. Porque manter as portas aberta, unicamente, é muito pouco.

DC Aproxima-se o centenário da Biblioteca da faculdade. Como está o processo de transferência para o Palácio dos Melos, a antiga Faculdade de Farmácia?

AR Ainda não desisti. É um projecto importantíssimo, porque, para a

Faculdade de Direito é vital uma biblioteca que continue ao nível das melhores do mundo, porque só assim temos competitividade nacional e internacional. É um projecto elegível, ao nível de fundos comunitários e a Faculdade de Direito precisa de encontrar o co-financiamento suficiente para ser uma realidade. O que posso garantir é que vamos estar muito atentos à execução do QREN e às possibilidades de obtenção da fracção que é necessária para o co-financiamento. Em tempos de crise, poderia deixar cair este projecto, cruzar os braços? Não.

DC Com frequência se ouvem alertas de estudantes para as condições físicas do espaço da faculdade. Têm sido realizados melhoramentos?

AR Tem sido uma preocupação e a anterior direcção levou a efeito muitos melhoramentos nas nossas instalações, que precisam sempre de cuidados constantes. Temos algumas salas a funcionar na Faculdade de Medicina, poderemos ter mais algumas, provisoriamente, no Palácio dos Melos. |

“Os nossos alunos aprendem a pensar”

DC O passado foi-se construindo ao longo dos últimos 175 anos. O que espera para o futuro da FDUC?

AR O que marca definitivamente o rumo da FDUC é o investimento que se está a fazer nos mestrados e doutoramento, quer captando alunos nacionais, quer captando alunos provenientes de outros países. Isso prende-se com a vertente da internacionalização e que, neste momento, julgamos que temos condições para concretizar uma série de protocolos que já tinham sido assinados e que nos permitem reforçar e revitalizar laços de cooperação com os países de expressão portuguesa, designadamente com Angola, e renovar e criar novos laços de coopera-



ção com o Brasil. Há um pilar de investigação, desde sempre, um pilar de ensino e um pilar de cooperação internacional e estes três pilares é que têm feito o prestígio da nossa faculdade.

DC Esse prestígio, depois, traduz-se na empregabilidade?

AR Mesmo sem dados objectivos, o que temos como certo é essa procura dos nossos alunos

por parte, designadamente, de escritórios de advogados de todo o país. E os alunos sabem disso.

DC E, hoje em dia, há muita oferta. Não faltam cursos de Direito em Portugal...

AR Sim, o que não faltam são cursos de Direito e há uma marca que continua a distinguir os nossos alunos, eles aprendem a pensar e isso é uma marca distintiva e uma mais-valia nos tempos muito difíceis que correm, perante a falta de emprego. Depois, os nossos alunos também não têm uma perspectiva estreita do curso de Direito e do futuro. É uma juventude muito aberta à pluralidade de ofertas de trabalho, que hoje não se circunscreve ao espaço nacional. Não quero dizer com isto que eles tenham de sair de Portugal, mas têm uma perspectiva alargada do que pode ser o seu futuro profissional e isso dá-lhes mais potencialidades para enfrentar as dificuldades. |

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FACULDADE DE DIREITO

1º CICLO | LICENCIATURAS

- .: Direito
- .: Administração Público-Privada

2º CICLO | MESTRADOS

- .: Direito

Vertente Científica | 2 anos

- . Ciências Jurídico-Civilísticas
- . Ciências Jurídico-Económicas
- . Ciências Jurídico-Filosóficas
- . Ciências Jurídico-Políticas
- . Ciências Jurídico-Criminais
- . Ciências Jurídico-Empresariais
- . Ciências Jurídico-Históricas

Ciências Jurídico-Forenses | 3 Semestres

- .: Administração Pública
- .: Administração Pública Empresarial

3º CICLO | DOUTORAMENTO

- .: Doutoramento em Direito

Áreas de Especialização:

- . Direito Civil
- . Direito Público
- . Ciências Jurídico-Criminais
- . Direito Internacional
- . Direito da União Europeia
- . Ciências Jurídico-Empresariais
- . Ciências Jurídico-Processuais
- . Ciências Jurídico-Económicas
- . Ciências Jurídico-Históricas
- . Ciências Jurídico-Filosóficas

- .: Programa Doutoramento (FDUC|FEUC)
- .: Direito, Justiça e Cidadania no séc. XXI

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

- . Estudos Europeus
- . Direito da Comunicação
- . Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente
- . Curso Temático sobre o Novíssimo Regime da Reabilitação Urbana
- . Curso breve de Pós-graduação em Responsabilidade Médica
- . Curso breve de Pós-graduação em Consentimento Informado
- . Curso breve de Pós-graduação em Segredo e Processo Clínico
- . Curso breve de Pós-graduação em Investigação Médica e Ensaio Clínicos
- . Curso breve de Pós-graduação em Direito da Medicina da Reprodução
- . Curso breve de Pós-graduação "A Protecção de Menores Víctimas de Crime Sexual"
- . "Protecção de Menores" – Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho
- . Curso breve de Pós-Graduação em Divórcio
- . Curso breve de Pós-Graduação em Responsabilidade Parentais
- . Regulação Pública e Concorrência
- . Justiça Administrativa e Fiscal
- . Contratação Pública
- . Direito Penal, Económico, Internacional e Europeu
- . Direito dos Contratos e do Consumo
- . Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros
- . Direitos Humanos
- . Operações de Paz e Acção Humanitária
- . Direito do Trabalho
- . Direito das Empresas
- . Direito Fiscal das Empresas
- . Direito Notarial e Registral
- . Processos Especiais e Registo Predial

CURSO DE PÓS-DOUTORAMENTO

- . Democracia e Direitos Humanos

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pátio da Universidade | 3004-545 Coimbra

PORTUGAL

Telef.: + 351 239 859801/02

Fax: +351 239 823353 |E-mail: fduc@fd.uc.pt

www.fd.uc.pt